

SOJALIZAÇÃO COMO PROJETO TERRITORIAL: HEGEMONIA DA SOJA E COEXISTÊNCIAS SELETIVAS NO ESPAÇO AGRÁRIO DE IMBITUVA (PR), 1995-2024

SOYBEANIZATION AS A TERRITORIAL PROJECT: SOYBEAN HEGEMONY AND SELECTIVE COEXISTENCES IN THE AGRARIAN SPACE OF IMBITUVA (PARANÁ, BRAZIL), 1995-2024

SOJALIZACIÓN COMO PROYECTO TERRITORIAL: HEGEMONÍA DE LA SOJA Y COEXISTENCIAS SELECTIVAS EN EL ESPACIO AGRARIO DE IMBITUVA (PARANÁ, BRASIL), 1995-2024

Zaqueu Luiz Bobato

Doutor em Geografia, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil. Professor Formador no curso de Geografia Licenciatura na modalidade Universidade Aberta do Brasil (UAB) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, Paraná, Brasil.

E-mail: zaqueudegeo@gmail.com

Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

Doutor em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil. Professor nos cursos de Geografia Licenciatura e Bacharelado e na Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Geografia e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, Paraná, Brasil.

E-mail: cunhageo@uepg.br

Resumo

Este artigo analisa a sojalização da agricultura em Imbituva (PR) entre 1995 e 2024 como expressão de um projeto territorial, articulando evidências produtivas, espaciais e fundiárias. Mobilizam-se dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base nos Censos Agropecuários de 1995/1996, 2006 e 2017 e na Produção Agrícola Municipal (PAM) (2018-2024), além do MapBiomas (Coleção 10) como suporte cartográfico à leitura espacial e do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) para a estrutura fundiária (1995/1996-2017). Metodologicamente, integra-se: (i) a leitura temporal da hierarquia produtiva municipal; (ii) a estimativa de produtividade (t/ha) pela razão entre produção (t) e área colhida (ha) em cada base estatística; (iii) a descrição da expressão espacial por séries municipais e cartografia comparativa (1995 e 2024); e (iv) a análise do número de estabelecimentos por faixas de área total. Os resultados indicam que a produção de soja cresceu 436,5% entre 1995 e 2024, acompanhada por aumento da área colhida (+196,5%) e por ganhos de produtividade (de 2,21 para 3,99 t/ha; +80,9%). A expansão ocorreu predominantemente por reconversão produtiva interna e a cartografia sugere maior continuidade espacial do cultivo em 2024. No plano fundiário, o número total de estabelecimentos reduziu-se em 35,2% até 2017, com elevação relativa do estrato ≥ 500 ha. A interpretação articula técnica, uso do território e circuitos longos (Cunha, 1986, 2018; Santos, 2000; Santos; Silveira, 2001; Castillo; Frederico, 2010; Delgado, 2012; Oliveira, 2016).

Palavras-chave: Reestruturação produtiva; Sojalização; Uso do território; Paisagem agrária; Estrutura fundiária.

Abstract

This article analyzes the soybeanization of agriculture in Imbituva (Paraná, Brazil) between 1995 and 2024 as an expression of a territorial project, articulating productive, spatial, and land-tenure evidence. Data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) are used, based on the Agricultural Censuses of 1995/1996, 2006, and 2017 and the Municipal Agricultural Production survey (PAM) (2018-2024), as well as MapBiomias (Collection 10) as cartographic support for spatial reading and the IBGE Automatic Recovery System (SIDRA) for land-tenure structure (1995/1996-2017). Methodologically, the study integrates: (i) a temporal reading of the municipal productive hierarchy; (ii) the estimation of productivity (t/ha) as the ratio between production (t) and harvested area (ha) within each statistical source; (iii) the description of spatial expression through municipal time series and comparative cartography (1995 and 2024); and (iv) the analysis of the number of agricultural holdings by total land-area size classes. Results indicate that soybean production increased by 436.5% between 1995 and 2024, accompanied by growth in harvested area (+196.5%) and productivity gains (from 2.21 to 3.99 t/ha; +80.9%). Expansion occurred predominantly through internal productive reconversion, and cartography suggests greater spatial continuity of soybean cultivation in 2024. In land-tenure terms, the total number of holdings decreased by 35.2% up to 2017, with a relative increase in the ≥ 500 ha stratum. The interpretation links technique, territorial use, and long circuits (Cunha, 1986, 2018; Santos, 2000; Santos; Silveira, 2001; Castillo; Frederico, 2010; Delgado, 2012; Oliveira, 2016).

Keywords: Productive restructuring; Soybeanization; Territorial use; Agrarian landscape; Land-tenure structure.

Resumen

Este artículo analiza la sojalización de la agricultura en Imbituva (Paraná, Brasil) entre 1995 y 2024 como expresión de un proyecto territorial, articulando evidencias productivas, espaciales y fundiarias. Se movilizan datos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), con base en los Censos Agropecuarios de 1995/1996, 2006 y 2017 y en la Producción Agrícola Municipal (PAM) (2018-2024), además de MapBiomias (Colección 10) como soporte cartográfico para la lectura espacial y del Sistema IBGE de Recuperación Automática (SIDRA) para la estructura fundiaria (1995/1996-2017). Metodológicamente, se integra: (i) la lectura temporal de la jerarquía productiva municipal; (ii) la estimación de productividad (t/ha) mediante la razón entre producción (t) y área cosechada (ha) en cada fuente estadística; (iii) la descripción de la expresión espacial mediante series municipales y cartografía comparativa (1995 y 2024); y (iv) el análisis del número de establecimientos por clases de tamaño del área total. Los resultados indican que la producción de soja creció 436,5% entre 1995 y 2024, acompañada por aumento del área cosechada (+196,5%) y por ganancias de productividad (de 2,21 para 3,99 t/ha; +80,9%). La expansión ocurrió predominantemente por reconversión productiva interna y la cartografía sugiere mayor continuidad espacial del cultivo en 2024. En el plano fundiario, el número total de establecimientos se redujo 35,2% hasta 2017, con elevación relativa del estrato ≥ 500 ha. La interpretación articula técnica, uso del territorio y circuitos largos (Cunha, 1986, 2018; Santos, 2000; Santos; Silveira, 2001; Castillo; Frederico, 2010; Delgado, 2012; Oliveira, 2016).

Palabras clave: Reestructuración productiva; Sojalización; Uso del territorio; Paisaje agrario; Estructura fundiaria.

1. Introdução

Nas últimas décadas, o espaço agrário brasileiro foi reconfigurado por dinâmicas que combinam modernização técnica, especialização produtiva e aprofundamento da inserção primário-exportadora. Em termos geográficos, isso não se reduz à “mudança de culturas”: trata-se de uma transformação da racionalidade do uso do território, pela qual as operações produtivas locais se subordinam, de modo crescente, a comandos extra-locais e a uma racionalidade hegemônica de produção e circulação (Santos, 2000; Santos, 2006). Essa subordinação se materializa, entre outros aspectos, no papel do crédito rural e de políticas de modernização (Cunha, 1986), na difusão de padrões tecnológicos e dependências técnicas (Silva et al., 1983) e no fortalecimento de formas corporativas de comando sobre etapas estratégicas da cadeia (Oliveira, 2016). Nesse sentido, o campo modernizado tende a incorporar imperativos de competitividade e padronização, subordinando práticas e temporalidades locais à lógica globalizada da produção e da circulação (Santos, 2006).

É nesse horizonte que se situa o caso de Imbituva (PR). O recorte municipal é metodologicamente pertinente porque é na escala do município que a reestruturação produtiva se materializa de forma concreta, reorganizando a hierarquia agrícola, redefinindo usos do solo e reconfigurando a paisagem agrária e relações rural-urbanas (serviços, comércio de insumos e estruturas de apoio).

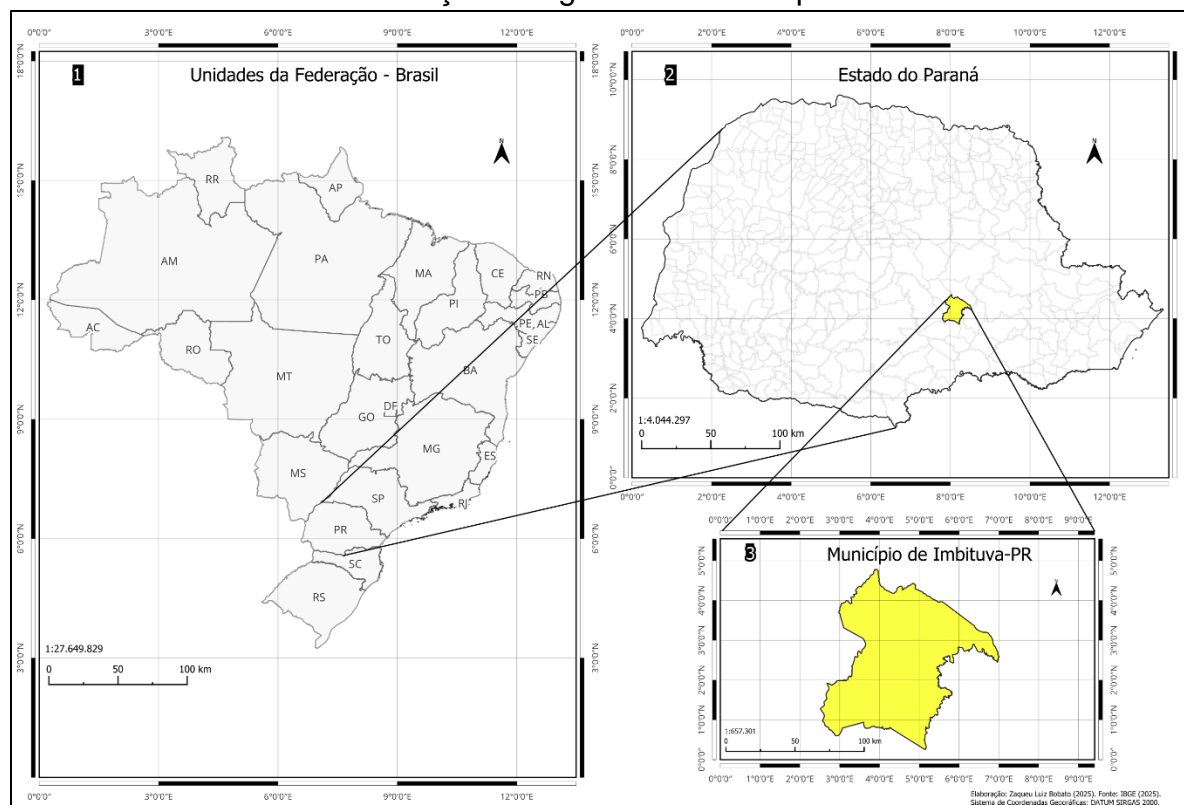
Em escala local, o processo de comoditização e especialização recente já foi discutido por Bobato (2025a), reforçando a relevância de aprofundar, agora, a articulação entre evidências produtivas e expressão espacial na paisagem, entendida aqui não como pano de fundo, mas como categoria analítica central que materializa as relações sociedade-natureza. Assim, a leitura integrada dos marcos censitários (1995/1996, 2006 e 2017) e da série anual da PAM (2018-2024), complementada por cartografia comparativa (1995 e 2024) derivada do MapBiomias, permite tratar a expansão da soja não apenas como aumento quantitativo, mas como processo de sojalização do sistema produtivo municipal e de sua expressão espacial na paisagem agrária.

Imbituva localiza-se na porção Centro-Sudeste do Estado do Paraná, integrando a Mesorregião Sudeste Paranaense e a Microrregião de Prudentópolis,

conforme regionalizações clássicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) amplamente utilizadas para fins estatísticos. No mapa estadual, situa-se a cerca de 160 km de Curitiba, articulando-se por eixos rodoviários regionais.

Segundo o Censo Demográfico de 2022, conforme síntese disponibilizada pelo IBGE (2026i), o município possui 29.924 habitantes, sendo 21.815 residentes na área urbana e 8.109 na área rural, com densidade demográfica de 39,55 hab./km². A trajetória de ocupação territorial, intensificada entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, foi marcada por comunidades agrícolas com forte presença de pequenas e médias propriedades e por uma base produtiva historicamente diversificada (Bobato, 2017). Em termos físico-ambientais, a combinação de relevo suavemente ondulado em setores do município, clima subtropical úmido e condições edáficas favoráveis em áreas selecionadas sustentou, por décadas, sistemas agrícolas com presença de milho, feijão, fumo e mandioca, ao lado da expansão recente da soja (Bobato, 2017).

FIGURA 1 – Localização Geográfica do Município de Ibituva-PR



Fonte: elaboração própria (2025).

Diante disso, o artigo parte do seguinte problema: como a expansão da soja em Imbituva se expressa simultaneamente como transformação produtivo-tecnológica (crescimento, ganhos de produtividade e hierarquização) e como reconfiguração espacial (redistribuição do uso e cobertura da terra e expressão espacial da expansão agrícola na paisagem) e fundiária (reorganização dos estabelecimentos por faixas de área e do acesso à terra)?

Como hipótese, sustenta-se que a expansão da soja se associa a: (i) especialização relativa e intensificação técnica do sistema agrícola local; (ii) reconversão territorial interna, com a soja avançando predominantemente sobre outras atividades agrícolas; (iii) uma reconfiguração da estrutura fundiária, caracterizada pela redução do número total de estabelecimentos e pela elevação relativa dos estratos de maior área, conforme evidenciado pelos Censos Agropecuários (1995/1996, 2006 e 2017); e (iv) maior integração de Imbituva a circuitos longos de produção e circulação, com repercussões sobre a organização do espaço agrário municipal, interpretáveis à luz de um projeto territorial hegemônico (Castillo; Frederico, 2010).

O objetivo geral consiste em analisar a expansão da soja em Imbituva (1995-2024), articulando criticamente a dinâmica produtivo-territorial (séries de produção, área colhida e produtividade) com a dinâmica espacial da paisagem (cartografia comparativa e dados agregados de uso/cobertura do MapBiomas). Adicionalmente, caracteriza-se a evolução da estrutura fundiária municipal (1995/1996-2017), como condição histórica e estrutural da sojalização. Especificamente, busca-se: (a) quantificar a evolução da produção, área e produtividade da soja e sua posição relativa no sistema produtivo; (b) analisar as principais transições de uso e cobertura da terra associadas à sua expansão; e (c) interpretar a expressão espacial desse processo na paisagem a partir de um referencial teórico que a compreende como construção social e ideológica e discutir suas implicações socioespaciais à luz da literatura crítica sobre agronegócio e modernização agrícola (Delgado, 2012; Cunha, 1986). Para isso, na sequência, apresentam-se as fontes, os recortes e os procedimentos analíticos que sustentam a leitura integrada proposta.

2. Metodologia

Para operacionalizar a análise integrada proposta, o estudo triangula fontes de natureza produtiva e espacial, cobrindo o período de 1995-2024, de modo a articular mudanças na hierarquia agrícola municipal com a territorialização da soja e sua expressão espacial na paisagem agrária. A base produtiva corresponde às informações de produção (t), área colhida (ha) e valor da produção (R\$) de culturas temporárias selecionadas no município de Ibituva (PR), sistematizadas em dois blocos estatísticos: (i) Censos Agropecuários de 1995/1996, 2006 e 2017 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2026a, 2026b, 2026c)), apresentados na Tabela 1; e (ii) Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE) (2018-2024) (IBGE, 2026d), apresentada nas Tabelas 2 e 3.

A separação entre Censos e PAM orienta a leitura analítica: os Censos funcionam como marcos estruturais de longo prazo, enquanto a PAM permite captar a dinâmica anual recente com comparabilidade interna. Além das variáveis produtivas, os Censos Agropecuários foram utilizados para caracterizar a evolução da estrutura fundiária municipal, por meio do número de estabelecimentos por faixas de área total (1995/1996-2017), oferecendo base estrutural para interpretar a expansão até 2024.

A soja foi tratada como variável central de interpretação, sem desconsiderar a dinâmica de culturas complementares do sistema de grãos (especialmente milho e cereais de inverno) e de permanências produtivas relevantes (como fumo e determinadas horticulturas), consideradas indicativas de coexistências seletivas no interior do processo de especialização.

No plano espacial, empregaram-se dados do MapBiomas Brasil (Coleção 10), iniciativa baseada no processamento de imagens *Landsat* e na geração de séries anuais de uso e cobertura da terra para o Brasil desde 1985 (Souza Junior et al., 2020; Projeto MapBiomas, 2025). A partir dessa base, foram extraídas séries temporais (1995-2024), em hectares, para as classes analisadas, recortadas ao limite municipal oficial de Ibituva (IBGE, 2026e), processadas no ambiente QGIS 3.28.3, com projeção Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas

(SIRGAS) 2000 (EPSG:4674). As classes consideradas correspondem às categorias originais do projeto, selecionadas para a leitura espacial: “Soja” (código 39), “Formação Florestal” (3) e “Área Urbanizada” (24). Complementarmente, realizou-se leitura cartográfica interpretativa dos mapas referentes aos anos de 1995 e 2024, voltada à descrição qualitativa de padrões espaciais (distribuição e continuidade aparente) e à articulação desses padrões com a presença de remanescentes florestais e a malha urbana, em complementaridade às séries produtivas do IBGE.

A integração metodológica entre as dimensões produtiva, espacial e fundiária ocorreu por meio de quatro operações analíticas articuladas: (i) cálculo de produtividade (t/ha) da soja a partir das variáveis de produção (t) e área colhida (ha) informadas nas mesmas bases estatísticas (Censos e PAM), por anos selecionados e por subperíodos, evitando cruzamentos entre instrumentos distintos; (ii) comparação quantitativa das áreas das classes selecionadas entre 1995 e 2024, como descrição das variações de uso e cobertura associadas à reconfiguração do espaço agropecuário; (iii) leitura qualitativa dos mapas comparativos para caracterizar padrões de distribuição e continuidade aparente do cultivo, articulando-os à descrição do processo de territorialização da soja; (iv) sistematização do número de estabelecimentos por faixas de área total nos Censos Agropecuários (1995/1996, 2006, 2017), explicitando tendências de retração das pequenas unidades e de concentração fundiária. As tabelas fundiárias foram extraídas do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

Por fim, uma quinta operação assegurou o rigor dos procedimentos numéricos: (v) execução e validação de cálculos aritméticos. Para apoiar a realização dos cálculos de produtividade (t/ha) e das variações absolutas e percentuais a partir dos valores publicados (IBGE, IPARDES, MapBiomass), utilizou-se o modelo de linguagem *ChatGPT* (OpenAI, 2026) estritamente como uma ferramenta de apoio computacional. O procedimento consistia na inserção, pelos autores, dos números originais e das fórmulas aritméticas pré-definidas, obtendo-se um *output* numérico que era imediatamente submetido a verificação cruzada. Todos os resultados foram conferidos e validados pelos autores mediante reprocessamento independente (em planilha eletrônica e/ou recálculo manual), garantindo a exatidão

final. A interpretação dos dados e a redação do manuscrito permaneceram sob responsabilidade integral dos autores, reafirmando o uso da ferramenta como um recurso auxiliar de cálculo, sem participação na análise conceitual ou inferencial.

O Quadro 1 sintetiza as principais derivações analíticas (conceitos, indicadores, fontes e escopo) adotadas nesta pesquisa. Inclui-se, adicionalmente, a dimensão fundiária, com base nos Censos Agropecuários (1995/1996–2017) (IBGE, 2026f, 2026g, 2026h).

Quadro 1 – Operacionalização analítica dos conceitos e indicadores empregados

Conceito/categoria	Indicadores (variáveis observáveis)	Fonte de dados	Escopo/observações
Sojalização (dimensão produtiva)	Evolução da produção (t), área colhida (ha) e produtividade estimada (t/ha) da soja; posição na hierarquia das lavouras temporárias no município (1995/96, 2006, 2017; 2018-2024).	IBGE: Censos Agropecuários (1995/1996, 2006, 2017) e Produção Agrícola Municipal (PAM) (2018-2024).	Comparabilidade: bases distintas (Censo e PAM) tratadas em blocos, evitando misturas indevidas na produtividade (t/ha).
Estrutura fundiária (dimensão fundiária)	Número de estabelecimentos agropecuários por faixas de área total (1995/1996, 2006, 2017), com ênfase na retração das pequenas unidades e na tendência de concentração (IBGE, 2026f, 2026g, 2026h).	IBGE/SIDRA: Tabelas 312 (Censo 1995/1996), 837 (Censo 2006) e 6754 (Censo 2017) (IBGE, 2026f, 2026g, 2026h).	Série censitária disponível até 2017. Utilizada como condição estrutural de base para interpretar a dinâmica produtiva e espacial até 2024. Tabelas e reagrupamentos elaborados pelos autores a partir das extrações oficiais do IBGE/SIDRA.
Sojalização (dimensão espacial)	Comparação de áreas por classe (soja e demais lavouras temporárias) entre 1995 e 2024 e leitura qualitativa dos mapas temáticos.	MapBiomas (Coleção 10, séries municipais 1995-2024) e elaboração cartográfica em QGIS 3.28.3.	Interpretação qualitativa; métricas de paisagem constituem agenda complementar de pesquisa.
Padronização/continuidade aparente da paisagem agrícola	Semelhanças visuais e continuidade espacial dos padrões de lavouras temporárias entre 1995 e 2024, discutidas em chave qualitativa.	Mapas comparativos (Figura 2) e descrição na seção 4.3.	Leitura qualitativa apoiada na triangulação com séries produtivas; índices de fragmentação/homogeneização constituem desdobramento metodológico.
Projeto territorial do agronegócio (sentido analítico)	Articulação entre expansão da soja, reorganização da base produtiva e racionalidades técnico-científico-informacionais no uso do solo.	Bibliografia crítica e resultados empíricos (seções 3 e 4).	Categoria interpretativa: inferência controlada construída a partir das evidências mobilizadas (distinta de mensuração direta).

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Com esse desenho, as inferências centrais do estudo concentram-se na reestruturação produtiva (hierarquia, produção, área e produtividade) sustentada pelas séries do IBGE, enquanto os dados do MapBiomas qualificam a dimensão espacial por meio de séries agregadas e cartografia comparativa. Esse enquadramento metodológico orienta, a seguir, a discussão teórica que fundamenta a interpretação da sojalização e de suas implicações territoriais.

3. Revisão da Literatura

3.1. Sojalização como reordenação do uso do território: técnica, circuitos e comando do agronegócio

A interpretação da sojalização em escala municipal exige reconhecer que a produção agrícola contemporânea é reorganizada por um sistema técnico-científico-informacional que articula escalas locais a redes mais amplas de produção e circulação. Em Santos (2006), a centralidade da técnica, articulada à ciência e à informação, ajuda a compreender a imposição de uma racionalidade espacial orientada por fluidez e desempenho. Em Santos e Silveira (2001), a noção de uso do território remete à inseparabilidade entre materialidade e ações, permitindo interpretar como usos específicos se afirmam e se estabilizam conforme as dinâmicas econômicas e políticas que atravessam o espaço. Nesse horizonte, a sojalização pode ser lida como reorganização do uso agrícola sob exigências de padronização, competitividade e integração a circuitos longos, cujos mecanismos de comando e controle são discutidos de modo mais direto pela literatura sobre espaços competitivos e mundialização da agricultura (Castillo; Frederico, 2010; Oliveira, 2016).

Esse processo de reordenação técnica e territorial integra-se a um projeto de modernização agrícola que, segundo Cunha (2018)¹ em sua abordagem teórico-conceitual, se estrutura por seletividades e reorientações do uso do território sob racionalidades técnicas dominantes, redefinindo não apenas a produção, mas as próprias racionalidades que organizam o espaço agrário.

Essa reorganização técnico-funcional do espaço agrário, contudo, não é neutra. Ao discutir tecnologia e campesinato, Graziano da Silva et al. (1983) problematizam como o padrão técnico dominante tende a gerar dependências, elevar custos e impor penalidades aos produtores, reconfigurando as condições de reprodução no campo. Assim, a sojalização é compreendida aqui como expressão territorial de um processo modernizador que, ao mesmo tempo em que eleva rendimentos, reorganiza hierarquias produtivas e redefine possibilidades de permanência de atividades e de sujeitos rurais em condições assimétricas.

Essa assimetria encontra expressão concreta na dinâmica fundiária municipal. Em Imbituva, entre os Censos Agropecuários de 1995/1996 e 2017, o número total de estabelecimentos agropecuários diminuiu de 2.469 para 1.599 (-35,2%). No mesmo intervalo, verificam-se retrações em vários estratos intermediários de área, ao passo que o grupo de maior extensão (≥ 500 ha) cresce de 10 para 14 estabelecimentos (+40,0%), sugerindo elevação relativa da presença dos maiores estabelecimentos na estrutura agrária local. Esses movimentos são retomados na seção de resultados, com tabelas construídas diretamente a partir dos dados censitários do IBGE (IBGE, 2026f, 2026g, 2026h).

No plano da circulação e da especialização funcional, a reestruturação imposta pela *commodity* requer uma reorganização física do território para garantir sua fluidez. Castillo e Frederico (2010) elucidam como a globalização produz espaços competitivos agrícolas, nos quais regiões se especializam para atender com máxima eficiência a mercados internacionais e a parâmetros de competitividade, qualidade e custo. Essa especialização demanda e retroalimenta investimentos em

¹ Ao longo deste artigo, faz-se referência a duas obras distintas de Luiz Alexandre Gonçalves Cunha: Cunha (2018), que oferece a base teórica para o conceito de cooptação territorial, e Cunha (1986), que fornece a análise histórica da modernização agrícola no Paraná.

logística, armazenagem e um complexo de insumos, redefinindo relações rural-urbanas. Em escala municipal, isso tende a se traduzir no fortalecimento das culturas conectadas a circuitos longos, em detrimento de atividades voltadas a mercados locais ou de menor liquidez, configurando uma geografia da produção progressivamente mais especializada e dependente (Castillo; Frederico, 2010).

A consolidação da soja como eixo hegemônico também pode ser lida pela economia política do agronegócio. Delgado (2012) analisa a passagem do “capital financeiro na agricultura” para a “economia do agronegócio”, destacando a articulação entre crédito, terra, cadeias agroindustriais e a reinserção da produção primária na dinâmica exportadora, o que contribui para compreender como a especialização em *commodities* se vincula a condicionantes macroeconômicas e à volatilidade de mercados. Em convergência com essa leitura, Oliveira (2016) interpreta a mundialização da agricultura brasileira como um processo que se materializa territorialmente por dois movimentos articulados, a territorialização dos monopólios e a monopolização do território, por meio dos quais agentes econômicos concentram o controle sobre etapas estratégicas da produção, da circulação e da apropriação de valor.

Essa inserção subordinada em circuitos longos consolida o que Cunha (2018) analisa como agronegócio enquanto modelo dominante, no qual a produção agrícola deixa de ser uma atividade autônoma e passa a integrar um complexo agroindustrial que articula pesquisa, insumos, processamento e comercialização sob lógicas exógenas. A cooptação territorial decorrente desse modelo tende a implicar intensificação da especialização produtiva e a pressionar sistemas agrícolas menos integrados.

Nessa chave, a expansão de *commodities* tende a se associar à reorganização do uso da terra e à subordinação de atividades e produtores a circuitos de comercialização e comando que extrapolam a escala local, com rebatimentos sobre decisões produtivas e sobre a própria configuração da paisagem agrária (Oliveira, 2016). Cunha (2018) também chama atenção para a dimensão ideológica que acompanha a difusão do agronegócio como solução associada à modernização, elemento que contribui para legitimar a especialização e obscurecer

seus custos sociais e territoriais. Em Oliveira (2016), essa crítica se complementa pela explicitação dos mecanismos territoriais da mundialização (territorialização dos monopólios e monopolização do território), que reorganizam produção, circulação e apropriação de valor, indicando que esse discurso pode participar da legitimação de escolhas políticas e da naturalização de desigualdades no campo, o que subsidia a análise da sojalização como reordenação do uso do território e de hierarquias produtivas, evitando reduzi-la à mera substituição de cultivos.

No interior dessas dinâmicas, a agricultura familiar e o rural não desaparecem, mas se reconfiguram. Schneider (2009) evidencia que a pluriatividade e novas estratégias de reprodução social expressam respostas a contextos de transformação estrutural do campo, inclusive sob intensificação mercantil. Wanderley (2000), ao discutir a emergência de novas ruralidades, contribui para compreender permanências e redefinições do rural como espaço singular e socialmente produzido, onde coexistem racionalidades distintas e, por vezes, tensionadas. Nessa perspectiva, permanências produtivas em contextos de especialização podem ser lidas como coexistências seletivas: formas de manutenção (ou reinvenção) de atividades e práticas sob hierarquias assimétricas de comando e sob pressões derivadas do avanço de cadeias mais integradas aos circuitos longos.

No debate regional, Bobato (2017) contribui ao discutir a inserção da fumicultura na formação socioespacial sul-brasileira e sua articulação com unidades produtivas familiares, destacando que a viabilidade do tabaco se relaciona, em muitos contextos, à capacidade de gerar renda em bases fundiárias reduzidas e à sua adaptação a condições técnicas e ambientais que não exigem mecanização plena em todas as etapas. Em termos analíticos, essa discussão oferece elementos para compreender por que certas cadeias agroindustriais podem persistir, ainda que subordinadas, em áreas onde se intensifica a especialização em grãos e *commodities* escala-dependentes (Bobato, 2017), reforçando a ideia de coexistências seletivas sob comando desigual.

Por fim, a leitura da sojalização recente (1995-2024) ganha densidade quando articulada a uma trajetória histórica mais longa de modernização agrícola no Paraná. Cunha (1986), em estudo empírico sobre o período 1970-1980, demonstra o papel

do crédito rural como instrumento decisivo na modernização e na integração da agricultura paranaense a um complexo agroindustrial, favorecendo a adoção de pacotes tecnológicos, mecanização e insumos industriais. Sua contribuição é central porque evidencia que a modernização não se configura como simples resultado “espontâneo” do mercado, mas como processo institucionalmente dirigido.

Desse modo, a difusão de sistemas tecnificados e a consolidação de culturas integradas a cadeias longas podem ser interpretadas como desdobramentos, em diferentes escalas e temporalidades, de um padrão modernizador cuja base político-institucional se consolidou anteriormente no Estado. Em síntese, a sojalização é tomada como expressão territorial dessa trajetória de tecnificação, integração a circuitos longos e reconfiguração do uso da terra sob lógicas externas; e é precisamente essa racionalidade, quando materializada em formas e padrões espaciais, que remete à paisagem como categoria analítica indispensável.

3.2. Paisagem agrária como expressão material e simbólica da reestruturação: padronização, ruralidades e leitura visual

Para além da quantificação das transições de uso do solo, a análise da sojalização exige compreender a paisagem como construção social e histórica, portadora de sentido e reflexo das relações de poder que modelam o território. Em primeiro lugar, adota-se a concepção de paisagem como um “modo de ver” ideológico e cultural. À luz de Cosgrove (1984), a paisagem não é um dado objetivo, mas uma forma de representação e uma ideologia visual que organiza a percepção do espaço de acordo com valores e interesses socialmente situados. Nesse sentido, paisagens agrárias marcadas por padronização, continuidade espacial e legibilidade produtiva podem ser interpretadas como expressão de uma racionalidade hegemônica que naturaliza determinadas formas de apropriação e ordenamento do espaço, subordinando outras racionalidades e usos do território (Cosgrove, 1984).

Em segundo lugar, para entender a transformação material concreta do espaço rural, dialoga-se com a noção de “novas ruralidades” desenvolvida por Wanderley (2000). A autora sustenta que o rural não desaparece, mas se recompõe,

afirmando-se como espaço singular e ator coletivo, reconfigurado por mudanças sociais e econômicas mais amplas e por novas articulações com o urbano. Nessa perspectiva, a reconfiguração da paisagem rural pode ser lida como evidência de redefinições funcionais do campo e de suas relações com dinâmicas externas, em consonância com a compreensão de que o uso do território articula materialidade e ações historicamente situadas (Santos; Silveira, 2001).

Em terceiro lugar, para decifrar mecanismos e custos socioambientais dessa transformação, retoma-se a crítica de Graziano da Silva et al. (1983) à modernização técnica conservadora. Os autores argumentam que o padrão tecnológico dominante na agricultura brasileira, ao impor pacotes técnicos padronizados (mecanização, sementes e insumos químicos), não é neutro: tende a gerar dependências, elevar custos e redefinir as condições de reprodução no campo, funcionando como vetor de seletividade e exclusão (Graziano da Silva et al., 1983). Assim, a padronização de formas e usos na paisagem pode ser interpretada como resultado territorial de uma tecnificação seletiva que, ao mesmo tempo, amplia rendimentos e tende a reduzir a diversidade de arranjos produtivos, reconfigurando as relações sociedade-natureza sob imperativos de competitividade.

Por fim, no debate contemporâneo sobre paisagem e ruralidade, estudos recentes têm enfatizado o potencial de registros visuais para apreender formas, objetos e arranjos espaciais como evidências de processos sociais. Nesse sentido, Bobato e Fraga (2025) argumentam que a fotografia pode operar como recurso metodológico e interpretativo na pesquisa geográfica, útil para problematizar contradições e permanências no interior de cadeias agroindustriais. Neste estudo, a cartografia comparativa cumpre esse papel de leitura visual em escala municipal; a incorporação sistemática de fotografia e observação de campo é apontada como desdobramento metodológico para pesquisas futuras, voltado a qualificar a análise de objetos técnicos, paisagens e permanências seletivas (Bobato; Fraga, 2025).

Desse modo, ao tomar a paisagem agrária como expressão material e simbólica da reestruturação produtiva, o texto estabelece o elo conceitual que permite, nos resultados, descrever e qualificar os padrões espaciais representados pelo MapBiomas como parte do processo de sojalização e de suas seleções

territoriais. Com esse enquadramento, a próxima seção apresenta as evidências produtivas e espaciais que materializam, em Imbituva, a trajetória da sojalização entre 1995 e 2024.

4. Resultados e Discussão

4.1. Dinâmica produtiva da soja e reordenamento da hierarquia das culturas temporárias (1995-2024)

A série produtiva organizada para Imbituva sugere a consolidação da soja como eixo estruturante do sistema municipal de lavouras temporárias ao longo do período 1995-2024. Para manter a comparabilidade e respeitar a natureza das fontes, os Censos Agropecuários são utilizados como marcos estruturais (1995/1996, 2006 e 2017) (IBGE, 2026a, 2026b, 2026c), enquanto a Produção Agrícola Municipal (PAM) (IBGE, 2026d) oferece a série anual recente (2018-2024), permitindo detalhar o comportamento mais atual do cultivo.

Tabela 1 – Produção de culturas temporárias selecionadas no município de Imbituva-PR (Censos Agropecuários 1995/1996; 2006; 2017)

PRODUTO DA LAVOURA TEMPORÁRIA	1995/1996 PRODUÇÃO (T)	1995/1996 ÁREA COLHIDA (HA)	1995/1996 VALOR DA PRODUÇÃO (R\$)	2006 PRODUÇÃO (T)	2006 ÁREA COLHIDA (HA)	2006 VALOR DA PRODUÇÃO (R\$)	2017 PRODUÇÃO (T)	2017 ÁREA COLHIDA (HA)	2017 VALOR DA PRODUÇÃO (R\$)
ALHO	7	6	6.977,00	0	0	0,00	—	—	—
ARROZ EM CASCA	362	315	64.967,00	9	3	3.989,00	—	—	—
AVEIA EM CASCA	3	3	930,00	27	76	10.400,00	311	137	60.500,00
BATATA-INGLESA	1.721	168	328.237,00	69	5	21.787,00	1.834	62	2.531.100,00
CEBOLA	1.428	272	353.855,00	1.703	621	618.685,00	1.891	192	1.117.080,00
CEVADA EM GRÃO	9	6	1.350,00	—	—	—	—	—	—
FEIJÃO EM GRÃO	4.267	4.716	1.573.230,00	5.963	3.252	4.133.449,00	6.609	3.288	13.217.194,00
FUMO EM FOLHA	5.372	3.836	9.859.359,00	6.728	2.996	18.652.133,00	8.524	3.783	70.206.488,00
MANDIOCA	307	101	103.416,00	6	4	5.015,00	90	9	93.181,00
MELANCIA	6 (mil frutos)	2	5.110,00	50 (mil frutos)	9	19.042,00	60 (mil frutos)	4	47.350,00
MILHO EM GRÃO	22.520	7.336	2.639.663,00	56.557	10.811	14.420.713,00	29.870	4.426	10.225.367,00
SOJA EM GRÃO	23.208	10.522	4.836.391,00	34.231	12.684	15.999.743,00	63.429	16.160	64.451.393,00
TOMATE	395	57	150.403,00	0	0	0,00	—	—	—
TRIGO EM GRÃO	339	165	49.000,00	4.007	1.650	2.262.368,00	16.593	4.791	7.939.950,00

Fonte: elaboração própria com base em IBGE (2026a, 2026b, 2026c). Censos Agropecuários 1995/1996, 2006 e 2017.

Notas: (i) Produção em toneladas (t), exceto quando indicado. (ii) Para melancia, produção em mil frutos. (iii) 0 = valor registrado como zero na fonte; — = dado não disponível/não informado na fonte. (iv) Valores em R\$ correntes de cada ano (não deflacionados).

No marco de 1995/1996, a soja (23.208 t) já aparece em patamar muito próximo ao milho (22.520 t), indicando que o município se encontrava, desde então, fortemente inserido na lógica dos grãos. Em 2006 e 2017, observa-se a ampliação progressiva do cultivo: a produção de soja passa a 34.231 t (2006) e alcança 63.429 t (2017), acompanhada de incremento de área colhida (12.684 ha em 2006; 16.160 ha em 2017). Esses marcos censitários, quando lidos em conjunto, indicam expansão simultânea de produção e área, compatível com uma reorganização do uso agrícola municipal em direção a cultivos de maior escala e padronização, coerente com a leitura do território usado como espaço atravessado por racionalidades técnicas e informacionais que reorganizam o uso do solo e a produção (Santos, 2000; 2006; Santos; Silveira, 2001).

Para o período recente, a PAM (IBGE, 2026d) explicita a continuidade do avanço e permite observar oscilações anuais. Entre 2018 e 2024, a soja se mantém em patamar elevado, variando de 80.500 t (2018) a 124.500 t (2024), com aumento concomitante da área de 23.000 ha (2018) para 31.200 ha (2024). Nesse mesmo intervalo, a centralidade relativa da soja no conjunto dos grãos se torna mais nítida: em 2024, a produção de soja (124.500 t) supera amplamente a de milho (40.550 t), o que é consistente com reordenamento da hierarquia produtiva municipal no interior das lavouras temporárias.

Tabela 2 – Produção de culturas temporárias selecionadas no município de Imituva-PR (PAM, 2018-2021)

PRODUTO	2018 PRODU- ÇÃO (T)	2018 ÁREA (HA)	2018 VALOR (R\$)	2019 PRODU- ÇÃO (T)	2019 ÁREA (HA)	2019 VALOR (R\$)	2020 PRO- DUÇÃO (T)	2020 ÁREA (HA)	2020 VALOR (R\$)	2021 PRO- DUÇÃO (T)	2021 ÁREA (HA)	2021 VALOR (R\$)
ALHO	12	3	56.000,00	8	2	129.000,00	8	2	102.000,00	8	2	180.000,00
ARROZ EM CASCA	63	30	57.000,00	63	30	48.000,00	32	15	27.000,00	11	5	18.000,00
AVEIA EM CASCA	742	280	200.000,00	2.240	800	946.000,00	2.240	800	1.308.000,00	2.240	1.000	1.870.000,00
BATATA- INGLES	14.650	500	13.914.000,00	10.075	310	19.203.000,00	8.490	270	15.522.000,00	8.490	270	13.299.000,00
CEBOLA	5.310	180	6.638.000,00	4.855	145	6.024.000,00	5.220	180	4.489.000,00	3.640	130	4.470.000,00
CEVADA EM GRÃO	2.160	600	1.447.000,00	4.320	1.200	4.311.000,00	2.880	800	3.917.000,00	3.420	900	5.301.000,00
FELJÃO EM GRÃO	8.694	4.717	15.358.000,00	11.561	7.213	25.998.000,00	12.548	5.600	44.994.000,00	9.639	5.300	42.671.000,00
FUMO EM FOLHA	10.004	4.200	88.851.000,00	9.094	4.320	82.564.000,00	10.440	4.350	89.442.000,00	9.469	4.186	84.511.000,00
MANDIOCA	2.590	140	1.710.000,00	2.128	115	712.000,00	1.388	75	574.000,00	2.000	100	1.124.000,00
MELANCIA	420	21	378.000,00	420	21	630.000,00	324	18	486.000,00	420	21	882.000,00
MILHO EM GRÃO	57.560	6.400	26.327.000,00	43.118	4.985	21.119.000,00	73.140	7.900	50.079.000,00	74.100	8.000	94.271.000,00
SOJA EM GRÃO	80.500	23.000	89.818.000,00	88.504	23.920	100.903.000,00	93.936	26.600	129.697.000,00	90.000	26.000	232.614.000,00
TOMATE TRISTO EM GRÃO	170	5	510.000,00	190	6	516.000,00	216	6	449.000,00	136	4	302.000,00
	13.680	3.600	9.876.000,00	11.780	3.100	8.829.000,00	11.780	3.100	13.132.000,00	11.780	3.100	17.140.000,00

Fonte: elaboração própria com base em IBGE (2026d). Produção Agrícola Municipal (PAM), 2018-2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/imituva/pesquisa/14/10193>. Acesso em: 2 fev. 2026.

Nota: Valores em R\$ correntes de cada ano (não deflacionados).

Tabela 3 – Produção de culturas temporárias selecionadas no município de Imbituva-PR (PAM, 2022-2024)

PRODUTO	2022 PRODUÇÃO (T)	2022 ÁREA (HA)	2022 VALOR (R\$)	2023 PRODU ÇÃO (T)	2023 ÁREA (HA)	2023 VALOR (R\$)	2024 PRODU ÇÃO (T)	2024 ÁREA (HA)	2024 VALOR (R\$)
ALHO	8	2	119.000,00	13	3	152.000,00	13	3	156.000,00
ARROZ EM CASCA	12	5	20.000,00	12	5	19.000,00	11	5	18.000,00
AVEIA EM CASCA	5.040	1.800	7.105.000,00	3.900	1.500	1.955.000,00	4.900	2.000	4.068.000,00
BATATA- INGLESA	8.214	270	13.404.000,00	3.125	100	7.493.000,00	3.820	120	12.048.000,00
CEBOLA	3.510	130	4.774.000,00	2.800	100	8.039.000,00	4.140	120	12.224.000,00
CEVADA EM GRÃO	2.343	660	4.154.000,00	3.420	900	4.195.000,00	5.850	1.500	8.497.000,00
FEIJÃO EM GRÃO	10.957	5.800	44.266.000,00	12.217	5.500	58.220.000,00	7.623	4.400	33.464.000,00
FUMO EM FOLHA	8.488	3.726	84.880.000,00	8.740	3.800	146.797.000,00	7.100	3.550	131.923.000,00
MANDIOCA	1.800	100	1.008.000,00	975	50	1.279.000,00	975	50	1.076.000,00
MELANCIA	420	21	882.000,00	432	24	648.000,00	442	26	663.000,00
MILHO EM GRÃO	52.240	7.900	69.685.000,00	54.900	5.100	66.037.000,00	40.550	4.500	32.221.000,00
SOJA EM GRÃO	112.850	30.500	310.225.000,00	116.850	30.900	292.314.000,00	124.500	31.200	218.207.000,00
TOMATE	177	6	511.000,00	204	6	759.000,00	276	6	1.143.000,00
TRIGO EM GRÃO	11.040	3.200	18.139.000,00	12.160	3.200	10.326.000,00	8.960	2.800	11.515.000,00

Fonte: elaboração própria com base em IBGE (2026d). Produção Agrícola Municipal (PAM), 2022-2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/imbituva/pesquisa/14/10193>. Acesso em: 2 fev. 2026.

Nota: Valores em R\$ correntes de cada ano (não deflacionados).

Além da dimensão quantitativa, a comparação intraperíodo do valor da produção (R\$ correntes) ajuda a qualificar a importância econômica relativa das cadeias no interior do município, sem recorrer a comparações intertemporais deflacionadas. Em 2017, por exemplo, observa-se que o fumo em folha (R\$ 70.206.488,00) supera a soja (R\$ 64.451.393,00) no mesmo ano, evidenciando que coexistem, no município, cadeias com lógicas técnicas e territoriais distintas. Já em 2024, a soja (R\$ 218.207.000,00) assume a dianteira frente ao fumo (R\$ 131.923.000,00), reforçando sua centralidade econômica recente. Essa coexistência, longe de negar a dominância crescente da soja no sistema de grãos, sugere uma composição produtiva em que atividades permanecem sob hierarquias diferenciadas de comando e mercado (Oliveira, 2016), tema retomado adiante. Na continuidade, examina-se como área colhida e produtividade se combinam para explicar o crescimento da produção de soja no período 1995-2024.

4.2. Área colhida e produtividade: intensificação e expansão combinadas

Para assegurar comparabilidade entre os instrumentos, a produtividade da soja é estimada exclusivamente pela razão produção (t) / área colhida (ha) dentro de

cada fonte estatística (Censos e PAM). Nessa chave, a trajetória 1995-2024 evidencia crescimento expressivo da produção, com expansão de área e ganho de produtividade.

Entre 1995 e 2024, a produção de soja passa de 23.208 t para 124.500 t, um aumento de 436,5%. No mesmo intervalo, a área colhida passa de 10.522 ha para 31.200 ha (+196,5%). A produtividade estimada cresce de aproximadamente 2,21 t/ha (1995) para aproximadamente 3,99 t/ha (2024), incremento de cerca de 80,9%. Em termos analíticos, a combinação entre aumento de área e ganho de produtividade indica que a expansão municipal não se explica por uma única variável: trata-se de um movimento que conjuga alargamento da base territorial do cultivo e intensificação do rendimento médio, o que é consistente com a difusão de racionalidades produtivas orientadas por desempenho, padronização e integração a circuitos ampliados de circulação (Santos, 2000, 2006; Castillo; Frederico, 2010).

No período recente detalhado pela PAM, a produtividade apresenta oscilações, mas permanece em patamar elevado (aproximadamente entre 3,46 e 3,99 t/ha no intervalo 2018-2024), enquanto a área colhida se expande. Esse comportamento reforça que a sojalização, no recorte municipal, deve ser lida como processo que articula dinâmica produtiva, decisões de alocação de área no portfólio de lavouras temporárias e condições técnicas de rendimento, sempre sob mediação de mercados, cadeias e padrões externos de produção (Oliveira, 2016; Delgado, 2012).

Tabela 4 – Síntese da evolução da soja em Ibituva-PR: produção, área colhida e produtividade estimada (1995-2024)

ANO/FONTE	PRODUÇÃO (T)	ÁREA COLHIDA (HA)	PRODUTIVIDADE (T/HA)*
1995/1996 (Censo)	23.208	10.522	2,21
2006 (Censo)	34.231	12.684	2,70
2017 (Censo)	63.429	16.160	3,93
2018 (PAM)	80.500	23.000	3,50
2019 (PAM)	88.504	23.920	3,70
2020 (PAM)	93.936	26.600	3,53
2021 (PAM)	90.000	26.000	3,46
2022 (PAM)	112.850	30.500	3,70
2023 (PAM)	116.850	30.900	3,78
2024 (PAM)	124.500	31.200	3,99

Fonte: elaboração própria com base em IBGE (2026a, 2026b, 2026c, 2026d) (Censos Agropecuários 1995/1996, 2006, 2017; PAM 2018-2024).

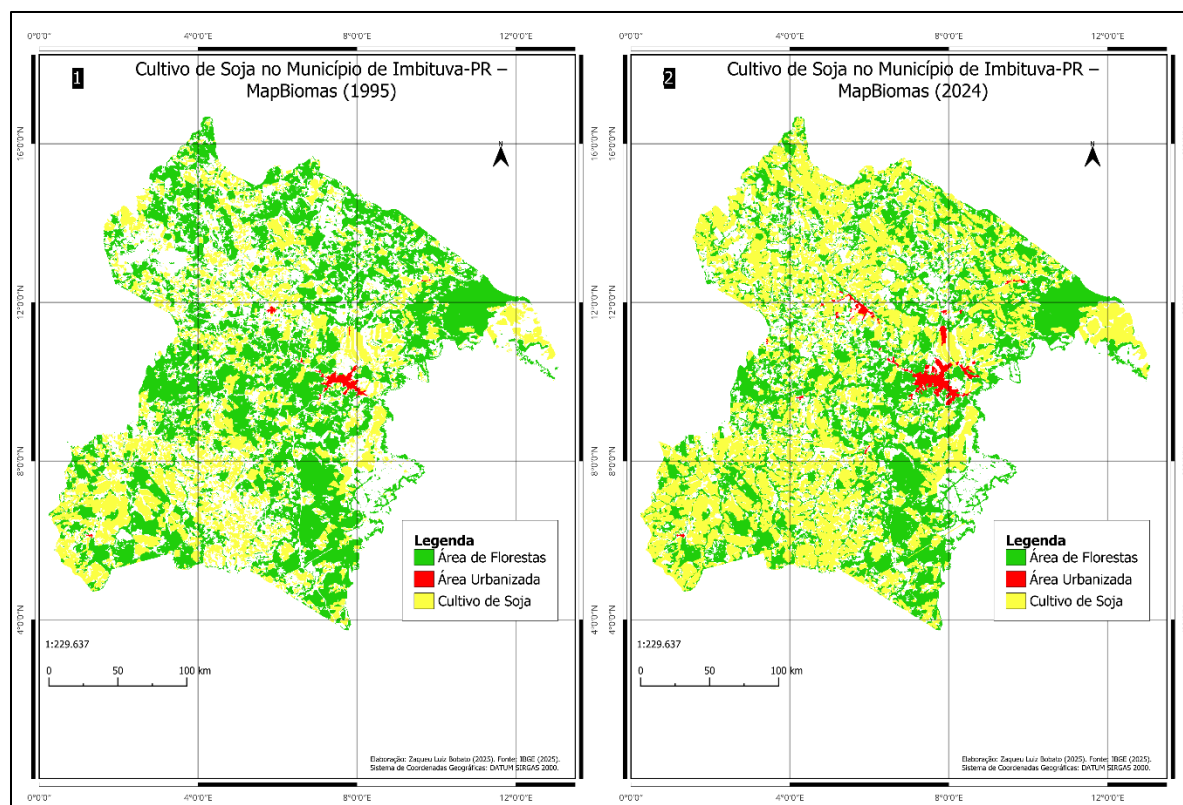
Nota: *Produtividade estimada = produção/área colhida (t/ha), com arredondamento.

Em síntese, a Tabela 4 evidencia que a expansão da soja em Imbituva se estrutura pela combinação entre ampliação da superfície colhida e elevação do rendimento médio, produzindo um padrão de crescimento que não depende de uma única variável. Ao mesmo tempo, no subperíodo 2018-2024, as oscilações anuais de produtividade não alteram o patamar elevado do cultivo, o que indica regularidade técnico-produtiva compatível com sistemas padronizados e integrados a cadeias de *commodities*. Esse resultado qualifica a sojalização, no recorte municipal, como processo de reordenamento do uso agrícola, em que decisões de alocação de área e desempenho produtivo se articulam a racionalidades externas de mercado e circulação (Santos, 2000, 2006; Castillo; Frederico, 2010; Delgado, 2012; Oliveira, 2016).

4.3. Expressão espacial da expansão: evidência cartográfica do avanço do cultivo (1995 e 2024)

A dimensão espacial do processo é examinada por cartografia comparativa (1995 e 2024) elaborada a partir do MapBiomias (Coleção 10), em suporte cartográfico à leitura espacial. Esse procedimento permite descrever a redistribuição do cultivo no território municipal e identificar padrões de distribuição e continuidade aparente, em complementaridade às medidas oficiais de produção e área colhida provenientes do IBGE.

Figura 2 – Distribuição espacial da classe de uso do solo associada à soja em Imbituva-PR: comparação 1995 e 2024



Fonte: elaboração própria com base no Projeto MapBiomias, Coleção 10 (2025).

Notas técnicas: Sistema de coordenadas SIRGAS 2000; resolução espacial 30 m. Classes representadas: Cultivo de Soja (amarelo), Área de Florestas (verde), Área Urbanizada (vermelho).

Finalidade analítica: suporte cartográfico à descrição qualitativa da expansão territorial.

Em termos visuais, a comparação 1995-2024 sugere uma ampliação da presença espacial do cultivo e um padrão de maior continuidade em porções do território municipal, em contraste com o padrão mais esparsos observado em 1995. À luz de Cosgrove (1984), essa maior legibilidade espacial do cultivo não deve ser lida apenas como forma cartográfica, mas como uma visualidade que expressa e tende a naturalizar uma racionalidade hegemônica de ordenamento do espaço agrário. A homogeneização relativa e a continuidade aparente do mosaico agrícola operam, nesse sentido, como uma “mensagem territorial”: tornam o uso do solo mais inteligível a um olhar técnico-econômico orientado por eficiência e padronização, enquanto outros usos tendem a perder visibilidade. Trata-se, portanto, de uma chave interpretativa para qualificar a leitura do mapa, e não de uma inferência causal direta derivada da imagem.

Essa leitura é consistente com a interpretação de que, sob modernização e especialização produtiva, o território tende a ser reorganizado por critérios de desempenho e fluidez, articulando o local a circuitos mais longos de produção e circulação (Santos, 2000, 2006; Castillo; Frederico, 2010). Ao mesmo tempo, a visualidade do cultivo, isto é, sua legibilidade espacial, permite discutir a paisagem como forma socialmente produzida e portadora de racionalidades hegemônicas (Cosgrove, 1984). Essa dimensão espacial se completa, a seguir, ao considerar as condições estruturais e as formas de reprodução social no campo que acompanham a reconfiguração produtiva.

4.4. Reconfiguração rural-urbana e permanências seletivas: evidências demográficas e base fundiária

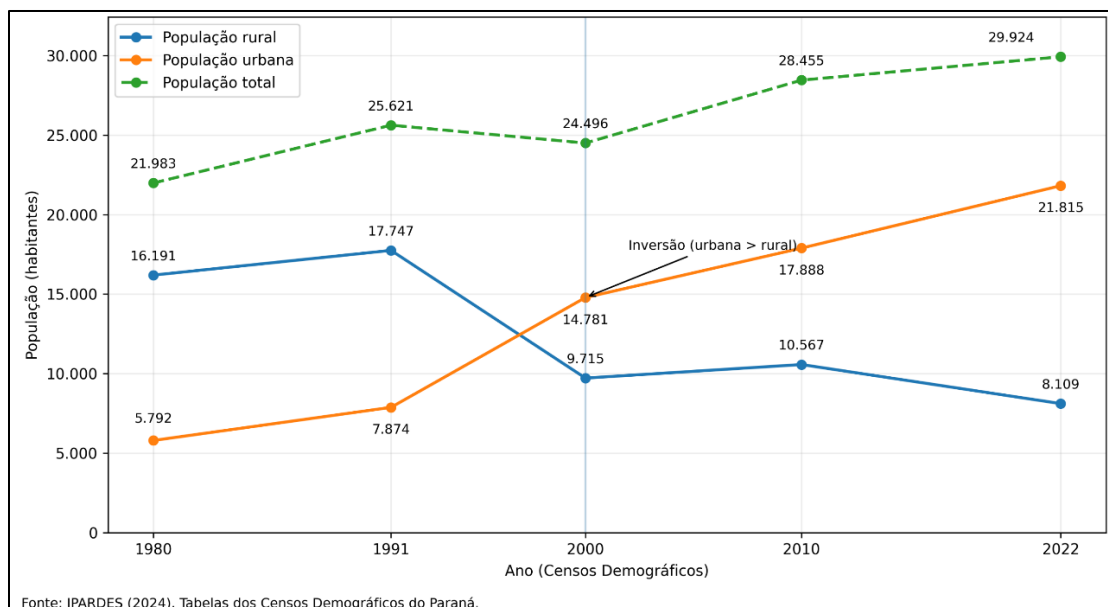
A leitura da sojalização em Imbituva requer considerar, em paralelo à intensificação produtiva observada nas séries do IBGE (2026a, 2026b, 2026c, 2026d), indícios das condições sociais de reprodução e das relações rural-urbanas. No recorte regional em que Imbituva se insere, Bobato (2017) evidencia a centralidade econômica e social da fumicultura e sua associação com a predominância de pequenas propriedades.

Para Imbituva, o autor aponta que, entre os estabelecimentos com lavoura temporária, 77% situavam-se na faixa de 0 a 20 ha e que o município reunia 1.287 famílias produtoras de fumo na safra 2014/2015, reforçando a relevância do tabaco como estratégia de reprodução social em bases fundiárias reduzidas (Bobato, 2017). No mesmo argumento, sugere-se que, em condições de pouca terra, culturas como soja, milho e feijão tendem a ocupar posição secundária, ao passo que o fumo pode oferecer retorno relativo mais elevado; além disso, em contextos com limitações à mecanização, o fumo se mostra mais viável por sua compatibilidade com unidades pequenas (Bobato, 2017).

Esse quadro dialoga com a dinâmica demográfica recente do município. Conforme os Censos Demográficos sistematizados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), observa-se retração acentuada

da população rural e expansão urbana: a população rural passa de 17.747 (1991) para 9.715 (2000) e 8.109 (2022), enquanto a urbana cresce de 7.874 (1991) para 14.781 (2000) e 21.815 (2022), consolidando a inversão urbano > rural já em 2000 (IPARDES, 2024). A Figura 3 sintetiza essa transição e reforça que a reestruturação do espaço agrário não deve ser lida apenas por mudanças no portfólio produtivo, mas também como reconfiguração das relações rural-urbanas, com rebatimentos sobre trabalho, serviços e circulação no município.

Figura 3 – População rural, urbana e total em Imbituva/PR (1980-2022)



Fonte: elaboração própria com base em IPARDES (2024), e nos Censos Demográficos do IBGE.

Nota: a inversão urbano > rural consolida-se em 2000; valores em habitantes.

Tabela 5 – Número total de estabelecimentos agropecuários e variação por faixa de área total em Imbituva/PR (1995/1996-2017)

FAIXA DE ÁREA TOTAL (HA)	1995/1996	2006	2017	VARIAÇÃO ABSOLUTA (1995/1996-2017)	VARIAÇÃO PERCENTUAL (1995/1996-2017)
TOTAL	2.469	2.100	1.599	-870	-35,2%
MENOS DE 1	27	220	98	+71	+263,0%
1 A MENOS DE 2	95	141	78	-17	-17,9%
2 A MENOS DE 5	675	545	404	-271	-40,1%
5 A MENOS DE 10	572	402	380	-192	-33,6%
10 A MENOS DE 20	459	324	294	-165	-36,0%
20 A MENOS DE 50	390	267	202	-188	-48,2%
50 A MENOS DE 100	148	99	79	-69	-46,6%
100 A MENOS DE 200	58	45	32	-26	-44,8%
200 A MENOS DE 500	34	27	18	-16	-47,1%
500 E MAIS	10	10	14	+4	+40,0%

SEM DECLARAÇÃO / PRODUTOR SEM ÁREA	1	20	0	-1	-100,0%
--	---	----	---	----	---------

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (IBGE, 2026f, 2026g, 2026h). Censo Agropecuário 1995/1996 (Tabela 312), 2006 (Tabela 837) e 2017 (Tabela 6754).

Notas: (1) Para comparabilidade temporal, as faixas detalhadas dos censos de 2006 e 2017 foram reagrupadas para espelhar as categorias do censo de 1995/1996. (2) A faixa “500 ha e mais” corresponde à soma de todos os estabelecimentos com área total ≥ 500 ha em cada censo. (3) Os totais correspondem exatamente aos dados extraídos das planilhas oficiais.

Tabela 6 – Número de estabelecimentos com produção de lavouras temporárias e variação por faixa de área total em Imbituva/PR (1995/1996-2017)

FAIXA DE ÁREA TOTAL (HA)	1995/1996	2006	2017	VARIAÇÃO ABSOLUTA (1995/1996- 2017)	VARIAÇÃO PERCENTUAL (1995/1996- 2017)
TOTAL	1.925	1.405	1.268	-657	-34,1%
MENOS DE 1	9	57	25	+16	+177,8%
1 A MENOS DE 2	71	72	46	-25	-35,2%
2 A MENOS DE 5	543	399	339	-204	-37,6%
5 A MENOS DE 10	479	311	321	-158	-33,0%
10 A MENOS DE 20	362	239	255	-107	-29,6%
20 A MENOS DE 50	297	191	165	-132	-44,4%
50 A MENOS DE 100	96	68	66	-30	-31,3%
100 A MENOS DE 200	45	29	25	-20	-44,4%
200 A MENOS DE 500	15	22	14	-1	-6,7%
500 E MAIS	8	8	12	+4	+50,0%
SEM DECLARAÇÃO / PRODUTOR SEM ÁREA	0	9	0	0	–

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (IBGE, 2026f, 2026g, 2026h). Censo Agropecuário 1995/1996 (Tabela 312), 2006 (Tabela 837) e 2017 (Tabela 6754).

Notas: (1) A análise restringe-se aos estabelecimentos que declararam produção de lavouras temporárias; as faixas foram reagrupadas para comparabilidade temporal. (2) A faixa “500 ha e mais” corresponde à soma dos estabelecimentos com área total ≥ 500 ha em cada censo.

Do ponto de vista interpretativo, a coexistência entre (i) permanências familiares vinculadas à fumicultura e (ii) a consolidação da soja como eixo hegemônico do sistema de grãos (Seções 4.1 e 4.2) aponta para uma reestruturação desigual e seletiva, em que distintas racionalidades produtivas permanecem no território sob hierarquias assimétricas. As Tabelas 5 e 6 materializam a dimensão fundiária dessa reestruturação: entre 1995/1996 e 2017, Imbituva registra retração de 35,2% no número total de estabelecimentos (de 2.469 para 1.599), com perdas concentradas em estratos intermediários (especialmente entre 2 e 50 ha) e crescimento do grupo de maior área (≥ 500 ha), que passa de 10 para 14 estabelecimentos (+40,0%).

Quando o recorte se restringe aos estabelecimentos com lavouras temporárias, o padrão de concentração se intensifica: o estrato ≥ 500 ha cresce de 8 para 12 (+50,0%) e amplia sua participação relativa no conjunto do subsetor. Embora a série censitária se encerre em 2017, ela descreve a base estrutural sobre a qual a soja expandiu-se de forma acentuada entre 2018 e 2024 (Tabela 4), reforçando a pertinência de investigações futuras sobre o período pós-2017, especialmente quanto às modalidades de acesso à terra (como arrendamentos) e sua distribuição por estratos de área. Tomadas em conjunto, essas evidências sustentam a síntese interpretativa apresentada na seção seguinte, articulando produção, espacialização e reestruturação no uso do território.

4.5. Síntese interpretativa: projeto territorial, centralidade produtiva e vulnerabilidades da especialização

Neste artigo, a noção de “projeto territorial” é empregada em sentido relacional e não totalizante. Ela não significa eliminação completa de outras atividades, mas a imposição de uma hierarquia produtiva que redefine critérios de racionalidade e rentabilidade no espaço agrário municipal, condicionando cadeias que persistem no interior do município. Esse projeto se manifesta em uma tríplice e articulada reconfiguração: (i) da hierarquia produtiva (hegemonia da soja); (ii) da expressão espacial da paisagem (padronização e continuidade visual); e (iii) da estrutura fundiária, com tendência à concentração e retração das menores unidades até 2017.

Assim, a permanência seletiva de atividades como a fumicultura não nega a centralidade crescente da soja; antes, evidencia coexistências sob comando desigual, em que racionalidades distintas permanecem, porém com margens de decisão e condições de viabilidade delimitadas pela lógica da *commodity* (Oliveira, 2016). Essa leitura converge com Cunha (2018) ao compreender o agronegócio menos como um “setor” isolado e mais como um modelo hegemônico que reorganiza racionalidades, hierarquias e condições de permanência no espaço rural. No caso de Imbituva, a hegemonia produtiva da soja (Tabelas 2-4), sua visualidade territorializada (Figura 2) e a seletividade fundiária observável até 2017 (Tabelas 5 e

6) expressam, em conjunto, essa reorientação do uso do território sob parâmetros técnicos e mercantis dominantes (Cunha, 2018).

Em termos geográficos, esses resultados são compatíveis com interpretações que compreendem a reestruturação do espaço agrário como processo mediado por racionalidades técnicas, circuitos longos e instâncias de comando que ultrapassam a escala local (Santos, 2000; Santos, 2006; Santos; Silveira, 2001; Castillo; Frederico, 2010; Delgado, 2012). As inferências do estudo se ancoram na evidência produtiva (séries do IBGE) e são qualificadas pela cartografia comparativa, que caracteriza padrões espaciais de distribuição do cultivo no território municipal. Adicionalmente, a evidência fundiária (Tabelas 5 e 6), construída diretamente a partir dos dados dos Censos Agropecuários, situa a sojalização sobre uma estrutura agrária em transformação, com retração do número de estabelecimentos e elevação relativa do estrato ≥ 500 ha, mais acentuada no subsetor de lavouras temporárias. Na conclusão, retoma-se essa síntese para enfatizar os principais achados e indicar desdobramentos analíticos do processo no recorte municipal.

5. Conclusão

Este artigo analisou a expansão da soja em Imituva entre 1995 e 2024 como um processo multidimensional de sojalização. A integração metodológica entre marcos censitários (1995/1996, 2006 e 2017) (IBGE, 2026a, 2026b, 2026c) e a série anual da PAM (2018-2024) (IBGE, 2026d) evidenciou que o crescimento do volume produzido (436,5%) resulta da combinação entre expansão da área colhida (+196,5%) e ganhos expressivos de produtividade (+80,9%).

Paralelamente, a cartografia comparativa (MapBiomias) explicitou a ampliação e maior continuidade espacial do cultivo. De forma integrada, esta análise articulou tais dinâmicas produtivas e espaciais a uma terceira dimensão: a fundiária. Os Censos Agropecuários evidenciam que, até 2017, a sojalização foi acompanhada por retração no número de estabelecimentos (-35,2%) e por redistribuição interna da estrutura agrária, com redução em estratos intermediários e aumento do grupo ≥ 500 ha, padrão mais intenso no subsetor de lavouras temporárias (Tabelas 5 e 6),

sugerindo tendência de concentração fundiária associada ao processo.

Essas evidências sustentam a compreensão de que a sojalização em Imbituva expressa reestruturação produtiva e maior integração a circuitos longos de produção e circulação, em diálogo com a literatura sobre espaços competitivos agrícolas e racionalidades técnicas do uso do território (Castillo; Frederico, 2010; Santos, 2000; Santos, 2006; Santos; Silveira, 2001).

Ao mesmo tempo, os resultados indicam que a especialização e o ganho de eficiência produtiva se associam a vulnerabilidades típicas de sistemas mais dependentes de cadeias globalizadas, tema coerente com a economia política do agronegócio e com a discussão sobre a mundialização da agricultura brasileira (Delgado, 2012; Oliveira, 2016). A permanência de cadeias como a fumicultura (relevante econômica e socialmente e vinculada a bases fundiárias reduzidas), conforme Bobato (2017), sugere que a reestruturação não opera por eliminação total de outras atividades, mas por reordenamento hierárquico e coexistências sob condições assimétricas.

Além disso, a coexistência seletiva da fumicultura - atividade historicamente vinculada a pequenas propriedades e intensiva em trabalho (Bobato, 2017) - com a hegemonia da soja revela que a sojalização não se distribui de modo homogêneo pelo mosaico fundiário municipal. Evidencia-se uma divisão territorial: a cadeia do fumo tende a se manter onde predominam áreas reduzidas (até 5 ou 10 hectares), nas quais oferece um retorno relativo superior e maior compatibilidade com a mão de obra familiar, enquanto a soja se consolida em parcelas mais extensas, mecanizáveis e articuladas ao sistema de grãos. No entanto, a expansão contínua da soja (Tabelas 2-4), associada à retração no número total de estabelecimentos e à concentração fundiária observada até 2017 (Tabelas 5 e 6), sustenta hipóteses que merecem verificação empírica urgente para o período recente: (a) a expansão pode estar ocorrendo por aquisição e incorporação de pequenas propriedades ao circuito da *commodity*; e/ou (b) por ampliação do arrendamento, mediante o qual estabelecimentos menores cedem temporariamente o uso da terra a produtores capitalizados.

A confirmação ou refutação dessas hipóteses é decisiva para interpretar, de

forma integrada, os sinais demográficos de redução relativa da população rural e crescimento urbano (Figura 3), pois tais movimentos podem expressar diretamente essa reestruturação produtiva, com deslocamento do trabalho e reorientação das estratégias de reprodução social no campo. Esse quadro coloca em relevo a necessidade de políticas públicas que transcendam o reconhecimento passivo dessas dinâmicas e atuem para fortalecer alternativas de reprodução para a agricultura familiar. Do ponto de vista da pesquisa e da ação pública, essa agenda implica examinar criticamente como instrumentos como crédito, assistência técnica e regulação fundiária têm, na prática, contribuído para reforçar assimetrias ou para criar efetivas condições de permanência e diversificação produtiva. Nessa direção, torna-se fundamental investigar, no plano municipal, os efeitos diferenciados desses instrumentos sobre distintos estratos de área, bem como os limites e potencialidades de estratégias pluriativas diante da especialização agrícola hegemônica pela soja (Silva et al., 1983; Cunha, 1986; Schneider, 2009; Wanderley, 2000).

Como agenda de pesquisa diretamente derivada dos achados, abre-se a possibilidade de avançar em três frentes: (i) dinâmica fundiária no período pós-2017 e modalidades de acesso à terra, articulando a série censitária (1995/1996-2017) com informações locais para estimar a distribuição da soja por estratos de área e o peso relativo de propriedade e arrendamento; (ii) qualificação espacial por métricas específicas, incorporando matrizes de transição do MapBiomas e métricas de paisagem (fragmentação, conectividade, borda) associadas às classes de vegetação, complementadas por verificação de campo; e (iii) estratégias de permanência e adaptação, com entrevistas e observação de campo junto a agricultores e agentes locais (cooperativas, assistência técnica, comércio de insumos), examinando como custos, crédito e contratos reorientam decisões produtivas em contexto de especialização (Schneider, 2009; Wanderley, 2000). Esse desdobramento inclui, também, o uso sistemático de registros fotográficos e protocolos de leitura visual, como forma de qualificar a interpretação da paisagem agrária para além do dado censitário e da cartografia temática (Bobato; Fraga, 2025).

Desse modo, Imbituva se apresenta como um recorte municipal analiticamente expressivo para discutir os dilemas contemporâneos da

especialização agrícola no Sul do Brasil.

Referências

BOBATO, Zaqueu Luiz. **A fumicultura como parte integrante da formação socioespacial sul-brasileira: (des)caminhos e perspectivas futuras para os produtores e a região**. 2017. 251 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/56248>. Acesso em: 2 fev. 2026.

BOBATO, Zaqueu Luiz. Da diversificação à sojalização: comoditização da agricultura familiar em Imbituva (PR), 1995-2023. **P@rtes**, São Paulo, 17 out. 2025a. Disponível em: <https://www.partes.com.br/2025/10/17/da-diversificacao-a-sojalizacao-comoditizacao-da-agricultura-familiar-em-imbituva-pr-1995-2023/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

BOBATO, Zaqueu Luiz; FRAGA, Nilson Cesar. Documentar, analisar, interpretar: o potencial epistêmico da fotografia na geografia da fumicultura da microrregião de Prudentópolis (PR). **Caderno de Geografia**, v. 35, n. 82, p. 869-897, 2025. DOI: 10.5752/p.2318-2962.2025v35n82p869. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/geografia/article/view/35733>. Acesso em: 2 fev. 2026.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. DINÂMICA REGIONAL E GLOBALIZAÇÃO: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 18, p. 17-26, mai. 2010. ISSN 1984-2201. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/330>. Acesso em: 2 fev. 2026.

COSGROVE, Denis. **Social Formation and Symbolic Landscape**. London: Croom Helm, 1984.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. **Crédito rural e a modernização da agricultura paranaense: 1970-1980**. 1986. 274 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1986. Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/27081>. Acesso em: 2 fev. 2026.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Revisitando a discussão sobre a modernização da agricultura. In: FAJARDO, Sergio; DANTAS, Jhonatan dos Santos (Org.). **Geografia agrária, ruralidades e território: processos locais no espaço rural**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2018. p. 9-36. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326378028_Geografia_Agraria_Ruralidades_e_Territorio_processos_locais_no_espaco_rural. Acesso em: 2 fev. 2026.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/245770>. Acesso em: 2 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 1995-1996: resultados do universo - Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-1995-1996>. Acesso em: 05 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2006: segunda apuração - Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 2 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos - Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>. Acesso em: 2 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agrícola Municipal (PAM): Lavoura temporária – Imbituva (PR) (série 2018-2024)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026d. Portal Cidades@. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/imbituva/pesquisa/14/10193>. Acesso em: 2 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Malha municipal 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026e. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?edicao=36516&t=downloads>. Acesso em: 2 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA: Censo Agropecuário**. Tabela 312 - Número de estabelecimentos por grupos de área total, grupo de atividade econômica e condição do produtor em relação às terras. [S. l.]: IBGE, 2026f. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/312>. Acesso em: 4 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA: Censo Agropecuário**. Tabela 837 - Número de estabelecimentos agropecuários e área dos estabelecimentos por grupos de atividade econômica, condição do produtor em relação às terras, tipo de prática agrícola e grupos de área total. [S. l.]: IBGE, 2026g. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/837>. Acesso em: 4 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA: Censo Agropecuário**. Tabela 6754 - Número de estabelecimentos agropecuários e área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, condição legal das terras, grupos de atividade econômica e grupos de área total. [S. l.]: IBGE, 2026h. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6754>. Acesso em: 4 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Imbituva - Panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026i. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/imbituva/panorama>. Acesso em: 2 fev. 2026.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Tabelas - Censos Demográficos**. Curitiba: IPARDES, 2024. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Tabelas-Censos-Demograficos>. Acesso em: 2 fev. 2026.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iênde Editorial, 2016. 545 p. Disponível em: <https://agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/LIVRO%20MUNDIALIZAC%C3%87%C3%83O%20pronto.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2026.

OPENAI. **ChatGPT** (modelo GPT-5.2 Thinking). [S. l.]: OpenAI, 2026. Disponível em: <https://chat.openai.com/>. Acesso em: 5 fev. 2026.

PROJETO MAPBIOMAS. **MapBiomas Brasil - Coleção 10 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil**. 2025. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar** [online]. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/298279/000718753.pdf?sequence=1>. Acesso em: 2 fev. 2026.

SILVA, José Graziano da; KAGEYAMA, Angela A.; ROMÃO, Devancyr A.; NETO, José A. Wagner; PINTO, Luzia C. Guedes. Tecnologia e campesinato: O caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 3, n. 4 (12), p. 428-463,

out./dez. 1983. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/z3x9MBFpB4X8N4ywsHK9SFp/?lang=pt>. Acesso em: 2 fev. 2026.

SOUZA JUNIOR, Carlos M. et al. Reconstructing three decades of land use and land cover changes in Brazilian biomes with Landsat archive and Earth Engine. **Remote Sensing**, v. 12, n. 17, 2735, 2020. DOI: 10.3390/rs12172735. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2072-4292/12/17/2735>. Acesso em: 2 fev. 2026.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 87-139, jun. 2000. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178/174>. Acesso em: 2 fev. 2026.